

---

## AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM NA FAEFIJA

SUELI CARRIJO RODRIGUES<sup>1</sup>

---

**RODRIGUES, S.C.** *Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem na FAEFIJA. Semina: Ci. Soc./Hum., Londrina, v.17, Ed. Especial, p.74-84, nov. 1996.*

**RESUMO:** *O presente estudo surgiu da constatação da dificuldade demonstrada por alunos e professores da Faculdade de Educação Física de Jacarezinho - FAEFIJA / PR, de realizarem uma avaliação coerente com os princípios democráticos desejados pela escola. Procurou-se desenvolver este trabalho através da Metodologia da Problematização, inspirada no "Método do Arco" de Charles Maguerez, durante a realização da Disciplina Didática e Fundamentos de Ensino - Mestrado em Educação / UEL. Algumas situações foram desvendadas, possibilitando, a partir do interesse e necessidade da comunidade em questão, propor hipóteses de solução que estão sendo transformadas em ações concretas e implantadas gradativamente através de um trabalho coletivo.*

**PALAVRAS CHAVES:** *Avaliação; Prática Avaliativa; Proposta Pedagógica; Trabalho Coletivo.*

---

Este é um trabalho elaborado a partir da disciplina Didática e Fundamentos do Ensino, no Curso de Mestrado em Educação e tem como objetivo vivenciar a utilização da Metodologia da Problematização a partir de um problema de ensino real de nosso contexto profissional. Seguindo as etapas da Metodologia da Problematização, expomos todo o trabalho realizado.

### 1 - OBSERVAÇÃO DA REALIDADE

#### 1.1 - Histórico

A Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho - FAEFIJA -, surgiu na região Norte Pioneiro, com a união dos municípios através de suas Prefeituras.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Educação. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR., Brasil, Caixa Postal 6001, CEP 86051-970.



ras, que aliaram-se à empreitada educacional, com percentagens fixas para a sua manutenção e participação sob o regime de bolsas de estudo, proporcionalmente distribuídas conforme a cota de contribuição de cada um. Estes dados foram extraídos do Histórico Oficial da Instituição, porém não foram encontrados os índices percentuais, distribuídos em cotas e quais municípios pertenciam a esta empreitada educacional.

Em entrevista realizada com a escriturária da escola, a qual já exercia a função na época da implantação da Instituição, a mesma relatou:

"Acho estranho não encontrarmos os dados nos relatórios arquivados; me lembro que eram municípios da região norte: Cambará, Santo Antonio da Platina, Andirá, Ribeirão Claro e outros, mas na verdade não tenho certeza dos nomes (...)"

Percebemos que da história alguns dados relevantes foram perdidos pela falta de registro.

A FAEFIJA foi instituída pelo Governo do Estado do Paraná, sob a forma de Fundação de Direito Público, segundo o disposto no artigo 4º da Lei n. 5540, de 28/11/68.

Para sua instalação e funcionamento, contou com doações globais constantes do Orçamento Geral do Estado, doações e subvenções que lhe vinham da União, Municípios e contribuições de entidades particulares.

Em 20 de junho de 1972, através de seu Fundador e Diretor Dr. Rodrigo Octávio Torres Pereira, deu início às suas aulas, obedecendo ao Decreto n. 70.424 de 17/04/72.

O curso de Licenciatura em Educação Física funcionou no período de 1972 a 1976, no turno diurno e por motivo de evasão de alunos que trabalhavam, passou em 1977 a funcionar somente no período noturno.

O Parecer n. 3749/76, da Comarca de Ensino Superior, 3º grupo do Conselho Federal de Educação, aprovou o Regimento da Faculdade.

Em 19/01/77, o Senhor Presidente concedeu o reconhecimento do Curso de Educação Física da FAEFIJA.

Em 20/08/91, passou a funcionar em prédio próprio, cujas instalações ainda necessitam de ampliações e adequações físicas e materiais.

## 1.2 - Dados do Contexto Atual

Hoje, a parte administrativa consta de: Secretaria, Contadoria, Biblioteca, Almoxarifado e Diretoria com pessoal em funções definidas.

A instituição apresenta no seu quadro 16 funcionários, 23 professores e 284 alunos, em 1995.

Existe uma característica de procedência dos professores e acadêmicos: - o corpo docente tem procedência dos municípios de: Jacarezinho (10 professores), Ourinhos/SP (08 professores), Cambará (03 professores), Ribeirão Claro (01 professor) e Ibaiti (01 professor), contando-se com 56,53% dos professores de outros municípios e 43,47% dos professores residentes no próprio município. Os acadêmicos têm procedência de 36 municípios, sendo 10 do Estado de São Paulo e 26 municípios do Estado do Paraná. Dos 284 acadêmicos em 1995, somente 60 são do Município de Jacarezinho, perfazendo apenas 21,12% do total.

Pela análise da última ficha sócio-educacional dos ingressantes ao curso do ano de 1995, constatei:

- 96% dos alunos são oriundos da zona urbana;
- a renda mensal da família na sua maioria é de três a quatro salários mínimos;
- o turno do 2º grau concluído é de 44% do ensino noturno e 56% do ensino diurno; 76% não frequentou cursinho preparatório;
- 11% já iniciou outro curso superior e não o concluiu;
- 6% já concluiu outro curso superior;
- 85% trabalha, mas recebe ainda ajuda financeira da família;
- 5% é responsável pelo próprio sustento;
- 8% é responsável pelo próprio sustento e contribui para o sustento da família;
- 2% é o único responsável pelo sustento da família;
- 45% trabalha em período integral;
- 26% trabalha em tempo parcial;
- 19% não sabe se terá que trabalhar durante todo o curso;
- 8% não precisa trabalhar;
- 2% precisa trabalhar só nos últimos anos;

Referente ao principal motivo que levou os ingressantes a fazer o vestibular, temos os seguintes dados:

- a instituição oferece o melhor curso pretendido (33%);
- é o de mais fácil acesso (14%);
- gostaria de efetuar matrícula em outro curso (3%);
- por ser escola pública, satisfaz as condições sócio-econômicas da família (4%).
- Motivo que os levou a escolher o curso:
- o curso prepara para uma profissão de acordo com as próprias aptidões (69%);
- horário compatível com outras atividades (9%);
- outro (não relatado) (17%).
- Uso de transporte para acesso à instituição:
- ônibus (84%);
- carro (7%);
- motocicleta (2%);
- a pé (2%);
- outro transporte (não definido) (5%)
- Meio mais utilizado para se manter informado:
- televisão (72%);
- jornal (2%);
- rádio (4%);
- revista (4%).

Observa-se que o nível econômico dos alunos é baixo. Mais de 79% dos mesmos locomovem-se de sua cidade para acesso à escolaridade e parte deles são obrigados a percorrer mais de 200 km por noite. Fato este muitas vezes despercebido, mas que, tem influência no processo ensino-aprendizagem, agravando-se mais ao associá-lo com uma carga horária de trabalho de 08 horas diárias.

Por outro lado pude diagnosticar que todos os professores têm mais de um local de trabalho, sendo que 13 (56,53%) residem fora do município e que, assim como os acadêmicos, locomovem-se e quando iniciam seu trabalho na Instituição (FAEFIJA) já realizaram 08 horas de trabalho no dia.

Com esses dados é possível desde já salientar que os fatos que ocorrem no interior da escola não depen-



dem apenas da vontade do professor ou do aluno. Há como pano de fundo acontecimentos que refletem o sistema sócio-político-econômico em que vivemos.

Há uma relação dialética entre o indivíduo e a sociedade, entre corpo e infra-estrutura sócio-econômica que precisa ser resgatada.

*(...) "Este fenômeno de baixos salários e desemprego é um círculo vicioso que gera cada vez mais baixos salários e mais desemprego. À medida que se agudizam as grandes contradições do sistema, constantemente à mercê das variações cíclicas da sua economia, cria-se aquilo que é denominador comum dos povos da América (...) chama-se fome do povo, cansaço de estar oprimido, vexado, explorado ao máximo, pelo cansaço de vender dia-a-dia, miseravelmente, a força de trabalho (com medo de engrossar a enorme massa de desempregados), para que se exprima de cada corpo humano o máximo de lucro, depois esbanjado nas orgias dos detentores do capital".*

( Guevara apud Medina, 1987, p. 29 )

### 1.3 - Problema

Dentro desse panorama, um aspecto do ensino nos vem chamando a atenção: a Avaliação.

Temos o registro de um abaixo assinado<sup>2\*</sup> dos alunos, com 182 assinaturas, entregue à direção da I.E.S., apresentado na reunião extraordinária da Congregação dos Professores, realizada em 30 de junho de 1994, movimento que agregou todo o corpo discente. Neste documento, os acadêmicos reivindicam mudanças na Avaliação Escolar, não concordando com o calendário das provas; provas "marcadas" pela secretaria da faculdade e descompromisso dos professores em relação a entrega das notas aos alunos e à secretaria.

Nesta reunião da Congregação, ficou decidido:

- As avaliações bimestrais doravante não mais serão marcadas pela secretaria, cabendo a cada docente marcar suas avaliações, em conjunto com suas respectivas turmas; fica a critério do docente o número e a natureza dos instrumentos da avaliação; em cada bimestre devem ser aplicados no mínimo dois instrumentos de avaliação.

Desta reunião resultou a Resolução n. 07/94 (da Congregação da FAEFIJA), a qual normatiza o assunto em questão.

No mesmo ano, no 4º bimestre, outro abaixo assinado é feito pelos alunos dos terceiros anos, os quais não concordam com a avaliação realizada na disciplina de Teoria, Prática e Metodologia do Basquetebol (T.P.M.B.).

No ano de 1995, 1º bimestre, na reunião da Congregação dos Professores, a maioria dos presentes resolveu que:

- As provas deveriam ser "marcadas" pela secretaria da faculdade, pois, quando o professor marcava havia muita "confusão", "indisciplina".

Dessa forma, o "problema" levantado pelos alunos mesmo ainda não tendo sido solucionado, tem um retrocesso e a "Avaliação" continua sendo um conflito relacionado ao ponto de vista de quando e como aplicá-la.

No dia 03/10/95, a direção da Instituição recebe outro abaixo assinado dos alunos do 3º ano B, que reivindicam providências quanto ao procedimento de um dos professores na realização da 3ª prova bimestral, sentindo-se os mesmos prejudicados pelo autoritarismo na aplicação da prova.

Considerando que o curso oferecido pela faculdade é de Licenciatura Plena em Educação Física, que objetiva formar profissionais aptos a trabalhar no Ensino de 1º e 2º graus; que a "Avaliação Escolar" é elemento integrante do processo ensino-aprendizagem e deverá ser uma tarefa permanente do trabalho docente; considerando também que a "Avaliação" não se resume à realização de provas e atribuição de notas e constatando a dificuldade dos acadêmicos em resolverem isoladamente o "problema" da Avaliação Escolar, mesmo porque esse problema não é só deles e a sua solução é de responsabilidade da escola, elegi este problema para o estudo através da Metodologia da Problematização, pois o mesmo emerge da realidade singular de um curso de Licenciatura de uma Instituição de Ensino Superior.

O problema formulado é o seguinte: **"A avaliação do processo ensino-aprendizagem realizada na FAEFIJA é coerente com os princípios de Educação Democrática propostos pela escola?"**

Este problema levantado, que tem gerado muitas inquietações, é no meu entender altamente relevante e merece um estudo e trabalho de grupo com os componentes envolvidos nessa realidade.

## 2 - PONTOS CHAVES

Minha experiência de ensino nesta Instituição e os dados até agora identificados no estudo me permitiram levantar algumas possíveis causas do problema em questão.

Ao diagnosticar a formação acadêmica dos professores integrantes do quadro da FAEFIJA, verificamos que nem todos os professores possuem formação pedagógica. Fato este que, associado às características da avaliação aplicada aos acadêmicos evidenciaram a necessidade de atualização dos professores.

Há um desconhecimento dos professores sobre os princípios pedagógicos da escola. Outro aspecto é a exclusão dos alunos do processo de discussão e decisões sobre a avaliação.

Os determinantes estão relacionados ao modelo social autoritário, à falta de integração no trabalho docente quanto aos elementos: objetivos, conteúdos, métodos e avaliação.

Procurando entender o porque destes aspectos, percebemos que estão determinados por um modelo social

<sup>2</sup> O trabalho que deu origem a este artigo possui vários anexos, comprovantes dos dados que aqui são mencionados. Ele encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da FAEFIJA, Alameda Padre Magno, 841, Jacarezinho/PR.



autoritário, que acaba por refletir no ato de avaliar apenas como ato de classificar. Também as condições do Ensino Superior em nosso país têm determinado uma prática pedagógica precária, sem o devido preparo dos professores e consequentemente com características de desintegração entre os elementos do trabalho docente como: objetivos, conteúdos, métodos e avaliação. Além disso, há falta de integração entre o discurso (oral ou escrito) e a prática realizada, como exemplo o plano de ensino que registra um entendimento da avaliação que não é realizada na prática.

Considerações como esta nos levaram a eleger para este trabalho os seguintes pontos-chaves a serem estudados:

- O conteúdo dos documentos oficiais da escola quanto aos princípios e à proposta de avaliação.

- Os índices de aprovação, retenção e evasão escolar na FAEFIJA.

- O entendimento dos professores em relação à proposta pedagógica da escola e ao papel da avaliação.

- A percepção dos alunos quanto à avaliação no curso.

- As ações dos atores envolvidos no processo de avaliação e suas consequências.

### 3 - TEORIZAÇÃO

Eleito o problema-parti para a investigação em várias fontes de informações para alicerçar o trabalho.

De início fiz o levantamento dos documentos na área administrativa para diagnosticar a Proposta Pedagógica da Escola. Investiguei os regimentos pelos quais a escola passou desde o início de sua instalação; a seguir fui em busca dos planos de ensino dos professores e atas de reuniões, pois parti da premissa da existência de uma proposta pedagógica. Mesmo de posse de todos esses dados não foi possível caracterizá-la.

Sempre foi comum ouvir-se dizer na escola que: "A avaliação não é coerente com a proposta", razão pela qual introduzi a proposta na formulação do problema. Para nossa surpresa a mesma não está documentada.

Paralelamente à análise dos planos de ensino, realizei entrevistas com o corpo docente, procurando obter informações dos representantes de todos os departamentos. Estas entrevistas foram direcionadas a obter dados sobre os seguintes itens:

- Qual a proposta pedagógica da escola ?

- Qual o documento que registra esta proposta ?

- A avaliação realizada na escola é coerente com a proposta pedagógica da escola?

- Como você realiza sua prática avaliativa ?

As entrevistas foram registradas e posteriormente analisadas, cujos dados utilizarei no desenrolar do trabalho.

Os alunos foram consultados, porém o instrumento realizado foi diferenciado. Por estarem diretamente envolvidos no problema diagnosticado, os mesmos foram comunicados da realização do trabalho e durante o processo da Metodologia da Problematização eles tiveram participação ativa.

Foi escolhido pelos próprios alunos um representante em cada sala de aula, ao qual foi atribuído o compromisso de representar os colegas e relatar os "problemas e

necessidades" da sala referentes ao tema "Avaliação Escolar".

Realizou-se uma reunião com todos os representantes das salas e os mesmos, após a análise e debate, fizeram um relatório geral das necessidades, anseios, percepções da Avaliação Escolar.

#### 3.1. - O conteúdo dos documentos oficiais da escola quanto aos princípios e a proposta de avaliação.

Analisando os documentos da Secretaria da Instituição registrei a mudança de cinco (05) regimentos pelos quais a escola passou, todos aprovados pelo Conselho Estadual de Educação, compreendendo os seguintes períodos: 1972 a 1979; 1980 a 1981; 1982 a 1988; 1989 a 1991; e 1992 até a presente data.

O intuito desta análise foi identificar a Proposta Pedagógica da escola e nela posicionar a "Avaliação Escolar". Contudo isso não foi possível, pois não há registro de uma proposta pedagógica nos regimentos da Instituição, embora haja afirmação por parte de professores de que a mesma exista, mesmo não estando documentada.

Da análise dos regimentos constatei que os mesmos são similares, encontrando alterações nas grades curriculares: carga horária das disciplinas e nomenclatura de algumas delas.

No ano de 1980, a alteração justificou-se pela mudança do Curso de Semestralidade para Seriado e pela nova denominação dos Departamentos:

- Departamento de Ciências Biológicas passa a ser denominado Departamento Bio - Médico; Departamento de Esportes e Ginástica para Departamento Gímnico - Desportivo; Departamento Psico - Didático - Cívico para Departamento Pedagógico - Cultural, ( observa-se a inclusão neste Departamento da disciplina de Prática de Ensino ).

As alterações de carga - horária correspondem ao aumento nas disciplinas do Departamento Gímnico - Desportivo. Há ênfase nas disciplinas técnico - desportivas, característica dominante na Tendência da Educação Física da época, que priorizava este campo do conhecimento, em detrimento do conhecimento pedagógico.

Enfatizamos, a seguir, o regimento de 1989, o qual, baseado no Parecer 215/87 do C.F.E., trata da Reestruturação dos Cursos de Graduação em Educação Física, sua nova caracterização, mínimos de duração e conteúdos; a grade curricular sofre consideráveis modificações, evidenciando um novo perfil do profissional da área.

Segundo depoimentos, formou-se, na época, uma comissão de estudos para a nova reestruturação, a qual fora aberta a toda comunidade acadêmica.

Esta comissão formada por professores, funcionários e representantes da comunidade local reuniu-se durante alguns meses, participando de simpósios e palestras, com o objetivo de formular uma proposta de reestruturação.

A comissão apresentou proposta de mudanças, que, aprovada pela Congregação da Instituição, segundo ata registrada na secretaria da escola, deu origem a um novo Regimento.

Neste período extinguem-se os Departamentos e o



Conselho Departamental. A Congregação passa a ter a denominação de Conselho Superior. Este Regimento ainda está em vigor na última série do curso, no ano de 1995.

Consultei o professor Carlos, que respondia pela Direção na época desta alteração curricular, pois não encontrei registros das razões de tais alterações. O ex-diretor assim se expressou:

*"Algumas razões serviram de base para esta alteração: A instituição oferecia e ainda oferece apenas um curso: o número de professores que compunha o quadro era pouco mais de 20. Não acredito que justificava dividi-los em departamentos, pois o número era muito pequeno; havia um departamento, o de Prática de Ensino e Estágio Supervisionado, que apresentava apenas um professor. O processo de formação da Instituição foi baseado na estrutura de universidade e buscamos orientações nas documentações do Conselho Federal de Educação e as mesmas não indicavam para as instituições pequenas a departamentalização, tendo visto o número pequeno dos professores. Além disso havia necessidade de interdisciplinaridade. O Departamento Bio-médico, por ser formado basicamente por profissionais liberais, necessitava de orientações pedagógicas. Segundo o nosso entendimento, formando-se um único grupo, teríamos melhores condições de propiciar a interação dos professores e a interdisciplinaridade". (Prof. Carlos Eduardo)*

Em 1992, com a mudança de direção, nova alteração do regimento foi efetuada, tendo como alegação que o regimento anterior incluía disciplinas como: Antropologia Cultural e Sociologia, que traziam problemas para o preenchimento de vagas, pela dificuldade de profissional habilitado, pois as mesmas exigiam, segundo o Conselho Estadual de Educação, profissionais da área de Antropologia, Sociologia ou História. Para resolver o impasse alterou-se o regimento, excluindo-se a disciplina de Antropologia Cultural e renomeando a disciplina de Sociologia para Sociologia Educacional, que o licenciado em Pedagogia está habilitado a ministrar. Outro problema ainda referente à denominação de disciplinas, foi relacionado à nomenclatura das disciplinas técnicas.

A partir do regimento de 1989, todas as disciplinas técnicas passaram a ser denominadas: Teoria, Prática e Metodologia do ( Basquetebol, Atletismo, Natação, Handebol, Voleibol, Futebol ). Fato de real importância, pois o mesmo orientava que as disciplinas técnicas não poderiam estar dissociadas da metodologia e da teoria, possibilitando ao futuro profissional uma visão de totalidade, promovendo a relação entre teoria e prática. O objetivo consistia em superar a visão do acadêmico futuro profissional " educador ".

Em 1992, as disciplinas técnicas voltam a ter a nomenclatura anterior a 1989, passando a ser redenominadas somente pela atividade prática, excluindo-se o caráter pedagógico enfatizado anteriormente. Este fato evidencia mais uma vez a dominância da Tendência Tecnista na Educação Física, enfatizando o as-

pecto técnico, prático, da formação profissional em detrimento dos aspectos reflexivos ( político-filosófico-pedagógico ) dessa formação.

Com respeito ao Conselho Superior, introduzido no regimento de 1989, e que abrangia toda a comunidade ( professores, representantes discentes ), foi alterado, pois trouxe " problemas ".

A direção, por força do regimento, teria que reunir os professores para tomar decisões sobre os mais variados assuntos. Esse fato ocasionou a decisão da "volta" dos Departamentos.

Observa-se nestas alterações dois movimentos distintos de organização administrativa: quando uma direção apresenta características democráticas com enfoque participativo da comunidade, a direção posterior apresenta características utilitárias e funcionais, priorizando a fragmentação da comunidade acadêmica, evidenciando princípios arraigados na legislação do Ensino Superior de 1968.

Explicita-se nesta análise movimentos de posturas opostas, as quais retratam as contradições presentes na sociedade brasileira. Embora todas estas atitudes tenham sido tomadas com a anuência da Congregação dos Professores, percebe-se neste caso, que não existe uma reflexão em situações do cotidiano escolar, dos fundamentos político - filosóficos e sociais envolvidos nas ações realizadas.

### 3.2 - Índices de Aprovação, Retenção e Evasão Escolar na FAEFIJA ( 1990 - 1994 ).

Realizamos o levantamento dos índices de aprovação, retenção e taxa de evasão escolar, no período de 1990 a 1994/ A opção por este período justifica-se, pois o mesmo reflete resultados da vigência de três regimentos curriculares: 1982 a 1988; 1988 a 1991; e 1992 a 1995.

Através dos dados observados, concluímos que os índices de retenção é consideravelmente menor que os índices de evasão, salientando o ano de 1992, em que pudemos constatar na 1ª Série "A", 8,92% de reprovação e 39,28% de evasão.

A evasão escolar teve uma média nos anos observados de 17,97%, índice superior ao da retenção que foi em média de 11,48%.

Nos gráficos que elaboramos para o estudo, observamos que os índices de evasão têm um percentual mais acentuado no 1º ano do curso, apresentando uma média de 27,30% no período estudado.

Buscamos informações junto aos professores que trabalham nestas classes para situar a razão de tais índices.

Em entrevistas com os professores perguntamos: Na sua visão, por que o índice de evasão é acentuado no 1º ano do curso ?

Pelas respostas dos professores percebemos que a justificativa para tal percentual recai na falta de interesse e pré-requisitos para a aprendizagem dos conteúdos desenvolvidos. Sobre o aluno é depositada a "culpa" pelo fracasso escolar.

Acreditamos que pensar sobre retenção e evasão seja o ponto de partida para a relação dialógica entre professor - aluno. É o início de um compromisso com o ato de



ensinar e aprender onde os atores do processo têm papel claro e definido e deles dependem o sucesso da construção do conhecimento.

Por que não assumimos a parte que nos cabe da responsabilidade pelo fracasso dos alunos?

Sabemos que o fracasso dos alunos não pode ser atribuído a causas isoladas, assim como a escola não é a única causa ou fator determinante deste processo. Contudo é necessário que na sua organização curricular e metodológica se utilize de procedimentos didáticos adequados para evitar o fracasso escolar.

As deficiências na organização do ensino, a organização pedagógica, didática e administrativa têm levado parte da clientela escolar à marginalidade e assim, conseqüentemente, ao fracasso escolar.

Torna-se necessário rever a estrutura escolar e compatibilizá-la às características socio-econômicas e culturais, todas elas inseparáveis das condições concretas de vida dos alunos.

É possível contribuir para a superação do fracasso escolar se: objetivos, conteúdos, procedimentos do ensino, forem compatíveis com a realidade social, com o nível de conhecimentos, experiências e compromisso dos alunos.

Aos professores cabe desenvolver o trabalho docente comprometido com a sociedade, a mediação entre o aluno e esta sociedade, o empenho na instrução e educação dos acadêmicos, possibilitando-lhes condições para enfrentar os desafios da vida profissional e a democratização da sociedade.

O fracasso escolar, principalmente quando associado à evasão, é também em grande parte decorrência do cansaço do aluno no ensino noturno, devido à jornada de trabalho acrescido do tempo de locomoção para o acesso à escola.

A evasão escolar tem reforçado a desigualdade social.

Ao legitimar esta desigualdade e dificultar a educação a este contingente da população, a escola está preparando a população para tornar-se passiva, submissa e dominada, tornando-se incapaz de co-participar na transformação da realidade.

O professor precisa conhecer melhor o aluno real para que possa participar da superação de suas dificuldades e tornar a escola mais aberta e democrática.

As transformações na organização e nas condições de trabalho podem permitir ao professor uma maior aproximação e conhecimento dos alunos e com isso uma prática pedagógica cujo "ponto de partida" seria a "prática social", que é comum a professor e aluno, conforme ensinamentos de Saviani (1986, p. 73).

### **3.3 - O entendimento dos Professores e Alunos da FAEFIJA sobre a Avaliação**

#### **3.3.1 - As informações dos Professores sobre a proposta pedagógica da escola e os documentos que registram esta proposta.**

Segundo os professores entrevistados, a maioria de-

les refere-se à proposta pedagógica da instituição como elemento do processo da mudança curricular de 1989. Os professores são unânimes na afirmação de que existe uma proposta; porém quando indagados sobre qual documento que a registra, o que fica claro é que ela faz parte das "entrelinhas" do Regimento Interno da Instituição.

Os professores que participaram da reformulação curricular de 1989 tiveram maior convicção sobre a proposta pedagógica, porém os mesmos concluem que ela esteja inserida no regimento e não documentada explicitamente.

A análise dos regimentos da instituição foi inserida neste trabalho pelo fato de que muitos professores mencionam a proposta pedagógica associada à reestruturação curricular.

Segundo o professor Paulo<sup>3</sup>, "a proposta ficou implícita nas nossas discussões, quando da reformulação do currículo".

A professora Marta explica que "nesta mudança curricular havia quatro linhas de pensamento. Um grupo de enfoque pedagógico, extremista, radical; um grupo de enfoque técnico, tradicional, também extremista; um grupo de maior flexibilidade e um último grupo com "objetivos particulares" para aumentar o número de aulas, com medo de "perder dinheiro", ignorando o quadro de carreira".

Segundo a professora Marta, "a estrutura básica do currículo foi a do 1º grupo, que deu uma visão pedagógica para a Educação Física".

Embora não registrada, houve uma modificação, quando da introdução de disciplinas pedagógicas na grade curricular, relacionada ao perfil de licenciatura do curso.

Como integrante do quadro de professores desde 1980, juntamente com os outros colegas, eu sempre ouvi dizer da proposta pedagógica democrática da escola e de movimentos internos de grupos de professores para que o princípio democrático fosse constituído e desenvolvido. Após o estudo dos regimentos e de outros documentos da escola, posso concluir que a "Proposta Pedagógica Democrática" da escola, inserida no problema do presente estudo, não existe. Diante dessa definição, torna-se necessária uma reflexão e um trabalho coletivo para a sua organização. Saliento a necessidade de reflexão e trabalho coletivo, pois percebemos que historicamente passamos por vieses ideológicos, os quais não têm postulado um trabalho de continuidade na história da instituição.

#### **3.3.2 -A avaliação realizada na FAEFIJA é coerente com os princípios da Educação Democrática propostos pela escola?**

Apresentada esta questão aos professores, pudemos levantar os seguintes dados:

"A avaliação realizada pela maioria dos professores não é coerente com os princípios da educação democrática, pois tem um caráter classificatório e não construtivo"(...) "os alunos afirmam que a maioria dos profes-

<sup>3</sup> Os nomes mencionados neste trabalho, por razão ética, são fictícios.



res exige memorização e não reflexão; a maioria só utiliza um instrumento de verificação da aprendizagem no decorrer do bimestre". (Prof. A)

"Fica a critério de cada professor e cada um aplica seu método e não está de acordo com a proposta progressista". (Prof. B)

"Entendo que a avaliação é feita por cada professor e dentro da sua competência: técnica, pedagógica e política, que não ocorre de forma unânime. Por exemplo, se algum faz a pedagógica, não faz a técnica e a política e assim vai". (Prof. C)

"Não sei a proposta, não posso responder". (Prof. D)

"Eu considero que teoricamente a avaliação, numa proposta bem elaborada, concreta, é exequível, porém na prática a situação é outra; a retórica é uma e a prática é outra". (Prof. F)

"Não, não é. Esta avaliação... você pega o imediato, pelo menos na área (...), eu não sei responder". (Prof. H)

"Não, não é, o que eu percebo é que tem alguns professores que já se reciclaram e já entraram na nova proposta de avaliação diagnóstica, mas legalmente estamos na avaliação tradicional, Lei 5692/68". (Prof. J)

Por não ter sido evidenciado claramente qual a proposta educacional da instituição, percebe-se a falta de uma diretriz que norteie o trabalho docente. Isso implica assumir um trabalho fragmentado, em que os componentes do processo ensino-aprendizagem aparecem sem uma análise reflexiva da prática pedagógica concreta, não assumindo um repensar das suas dimensões técnica e humana e uma falta de relação teoria - prática.

Focaliza-se a atenção sobre as disciplinas isoladamente, negando uma estrutura de totalidade, princípio que permeia o caráter crítico da Didática atual.

O momento atual clama por uma reflexão e discussão, devendo ser realizada uma revisão das atividades desenvolvidas e um trabalho coletivo de construção do perfil do profissional que se objetiva formar, assim como um posicionamento claro acerca dos problemas inerentes da própria instituição dentro de seu contexto sócio-cultural.

### 3.3.3 - Como é realizada sua prática avaliativa?

Diante desta questão pudemos constatar os seguintes depoimentos dos professores:

"Procuro julgar o crescimento do aluno em termos de aprendizagem...". (Prof. A)

"No decorrer de todas as atividades faço vários tipos de avaliação: exemplo, faço a prática começando do que eles já conhecem, acrescento o que acho útil eles conhecerem e incentivando finalmente uma criatividade. Na teoria não produzimos conhecimentos, apenas transmissão de conhecimentos já elaborados cientificamente em consonância com a prática realizada". (Prof. B)

"Através de conhecimentos conscientizados e atitudes no decorrer das aulas teóricas e práticas". (Prof. C)

"Através de provas, perguntas na sala e trabalho. Só dou nota na prova e dou duas vezes no ano trabalho, dentro da sala de aula, em grupo, não dou trabalho fora da sala". (Prof. D)

"Na matéria onde tem mais prática a avaliação é feita dia a dia, avalio o conjunto do aluno: assiduidade, participação, progresso principalmente (...) em outra discipli-

na onde a teoria fala mais alto, além da participação, ainda faço a famosa prova bimestral. Não é todo bimestre, às vezes busco meios alternativos para fugir da prova bimestral". (Prof. F)

"Eu já estou fazendo avaliação diagnóstica pelo fato de reciclagem e da minha própria postura profissional, e está sendo muito valiosa esta minha maneira de avaliar". (Prof. G)

"Eles não têm base, não tem conhecimento, o nível dos alunos não acompanha o 3º grau; o 2º grau é muito deficiente. Dou prova dissertativa, um trabalho tipo relatório; este mês não vou fazer porque não dá tempo". (Prof. H)

Parece-me que os processos pedagógicos da avaliação no processo - ensino - aprendizagem apresentam-se desordenados e sem sistematização e que a prática escolar não tem proposto um modo de agir que caminha para a transformação e superação desta situação.

Essa prática é denunciada pelos alunos da FAEFIJA em alguns de seus relatos:

"Autoritarismo na avaliação."

Torna-se claro através das inquietações dos acadêmicos que é comum, na prática docente desta Instituição, a verificação da aprendizagem através de provas escritas e/ou práticas, onde atribui-se uma nota no final de cada bimestre, sem apresentar uma reflexão sobre os avanços e problemas encontrados no decorrer do processo ensino-aprendizagem.

Na maioria das vezes esta nota acaba tendo um caráter de recompensa ou de castigo.

Diz um aluno: "Não adianta pedir revisão de prova".

A Professora Vinha, em seu depoimento, declarou que existe ainda uma prática comum no interior desta Instituição de sonegar informações de esclarecimentos sobre as atividades de verificação da aprendizagem; assim como da dificuldade que os alunos têm de pedir revisão de provas, pois sentem-se receosos em fazê-la pela possível "marcação" dos professores.

O fato do aluno precisar pedir revisão de provas demonstra o poder de autoritarismo e exclusividade do professor, caracterizado pela cultura do segredo, do individualismo e retenção de informações.

"Não importa o processo, a apostila é que tem valor".

"Falta diálogo".

Estabelecer uma relação de diálogo, de trocas, de aceitação e inclusão são expectativas visíveis nos alunos e acreditamos ser uma alternativa, onde os atores envolvidos no processo são co-responsáveis pelo desenvolvimento do trabalho educativo.

Outro problema encontrado na fala dos alunos, refere-se a ênfase atribuída à memorização. Esta ênfase tem levado, ao invés da busca da reflexão e aprimoramento do conhecimento, à prática da "cola", da "indiferença", dos falsos atestados médicos que justificam as faltas nos dias de provas.

"Mudança de sala no horário de prova".

"Fiscais de prova".

Observamos nestas denúncias a prática da avaliação escolar constituída de provas ( mensais, bimestrais, segunda chamadas, finais ) cuja finalidade é de verificar o nível do desempenho dos alunos quanto ao conteúdo ministrado, dentro de um modelo de pedagogia conservadora, autoritária, onde a utilização de instrumen-



tos disciplinadores têm o caráter de manter o controle e o equilíbrio social.

Face ao exposto torna-se necessário repensar:

A avaliação neste cenário é democrática ?

LUCKESI(1986) deixa clara a influência do ritual pedagógico, sua relação com o modelo social e seu momento de denúncia no exagero do autoritarismo que se manifesta no contexto escolar.

Através deste estudo, tenho a proposição de colocar a Avaliação Escolar inserida numa proposta pedagógica comprometida com o processo de transformação social. A mesma deverá ser um processo de superação do autoritarismo, incrementando a "autonomia do educando" e a reciprocidade de relações, possibilitando um novo modelo social na escola com a participação na sociedade como um todo. É claro que nessa construção não podemos ignorar a complexidade que envolve o ensino - aprendizagem, a relação existente entre objetivos, conteúdos, métodos, situação social dos alunos, condições do meio, organização do ensino e organização institucional.

Cabe lembrar que a avaliação segundo LIBÂNEO (1991, p. 196), cumpre pelo menos três funções: pedagógica - didática, de diagnóstico e de controle.

Na primeira função o autor evidencia o atendimento das finalidades sociais do ensino e o cumprimento dos objetivos gerais e específicos da educação. A avaliação tem o papel de contribuir no desenvolvimento, aprimoramento e aprofundamento das capacidades cognitivas.

A função diagnóstica é feita durante o desenrolar do processo, num acompanhamento do aluno, fornecendo a ambos, professor e alunos, subsídios para conduzir o trabalho, possibilitando adequações, reformulações e comunicações. A função de controle ocorre durante as aulas, de forma sistemática e contínua, enfatizando a inter-relação professor/aluno. Na verdade, o controle servirá de alicerce para o diagnóstico de novas situações didáticas.

Divididas as funções para entendimento didático, as mesmas interagem na prática, constituindo um processo interdependente.

Voltando novamente à fala do representante discente da FAEFIJA, na mesa redonda sobre: Reflexões sobre os aspectos Pedagógicos da Avaliação no Processo Ensino - Aprendizagem no 3º Grau, percebo que as funções citadas por LIBÂNEO (1991) não têm sido aplicadas na prática e que o processo de avaliação escolar ainda reflete a forte assimilação dos anos 70, quando a tendência tecnicista foi predominante.

O ato classificatório e não diagnóstico está impregnado no contexto escolar e mais uma vez cabe a reflexão:- Será que o aluno não capaz, não pode tornar-se capaz ?

- Será que o aluno não tem o direito de crescer na aprendizagem?

- Será que grande parte da responsabilidade sobre isso não é da escola? Do curso? Do ensino de cada professor?

Observamos que com a função classificatória, a avaliação consiste em instrumento estatístico, disciplinador e autoritário e realmente clarifica toda a ansiedade demonstrada pelo discente da FAEFIJA. Cabe a nós, como elementos deste processo, rompermos com a pedago-

gia que reflete este modelo de sociedade autoritária e concretizarmos uma avaliação que assuma o seu papel de instrumento dialético e que esteja preocupada com as transformações propostas pelos alunos e parte dos professores, porque são coerentes com que se espera do Ensino Superior. Devemos com isso assumir nossa ação pedagógica com posição clara e explícita, buscar alternativas pedagógicas que nos levem à unidade teoria/prática, resgatando a dimensão de professor educador, garantindo uma avaliação a partir dos mínimos necessários, planejados nas atividades de ensino.

O momento é de reflexão: de uma ação refletida e consciente a favor de uma participação coletiva, onde a avaliação possa ser tratada como atividade planejada, racional, política e social.

Dizem os alunos:

"Falta diálogo";

"Ato de dar aula como obrigação leva o aluno a não gostar da aula";

"Precisamos de professor amigo".

Tais colocações dos alunos fizeram-nos recorrer a LUCKESI (1995), quando ele coloca o ato de avaliar como um "ato amoroso".

Através da prática da avaliação, percebemos pelos sentimentos dos alunos uma manifestação de exclusão, um sentimento de uma prática seletiva, onde parte deles são considerados como "aceitos" e outra como "não aceitos". Percebe-se que não existe no modelo de avaliação, uma relação de trabalho mútuo e a dominância das experiências pedagógicas estão sistematizadas no modelo tradicional. Os alunos gostariam, quando mencionam "professor amigo", de serem acolhidos, incluídos no processo através de seus atos, dos seus anseios, necessidades e aspirações.

LUCKESI ( 1995, p. 4 ) coloca "a avaliação como um ato amoroso", na medida em que a avaliação tem por objetivo diagnosticar e incluir o educando pelos mais variados meios, no curso da aprendizagem satisfatória, que integre todas as suas experiências de vida.

Quando os alunos solicitam ser incluídos "como amigos", eles estão clamando pela inclusão acolhedora dos professores. Esta inclusão é pertinente ao processo da aprendizagem que, como elemento constituinte, ela obrigatoriamente deveria fazer parte, e é através do diagnóstico, que podemos refletir e direcionar sobre as necessidades pessoais, pelo coletivo e pela qualidade do trabalho educativo.

Um dado da entrevista com um professor revelou que "(...) estamos na avaliação tradicional (LDB n. 5692/71 e Lei 5540/68)" (Prof. G). Acreditamos que não é por força de legislação que mudaremos a Avaliação na Prática Escolar e sim pelas nossas reflexões sobre nossas ações. Acreditamos que utilizando instrumentos da dialética, associados a modelos de ensino voltados para uma articulação do político e do pedagógico, chegaremos a uma educação a serviço das transformações das relações de poder na Instituição, uma prática pedagógica onde haja o compromisso com o aspecto político, compromisso com o pedagógico e compromisso com o profissional. Podemos reverter o quadro da avaliação nesta Instituição e proporcionar uma melhoria na qualidade do ensino.

A avaliação escolar responde pelas necessidades sociais. Ao fazermos a análise histórico social - econô-



mica e cultural dos discentes, nós temos um todo do contexto social da instituição e este contexto cobra e a escola tem que dar conta de educar, melhorar, atender às exigências sociais. Isso só é possível através da qualidade do desenvolvimento do aluno como um todo, na sua responsabilidade social com aqueles que integram o seu universo.

A avaliação deveria auxiliar o educador e o educando na construção da aprendizagem, no processo interativo, na integração coletiva.

Para HOFFMANN (1994, p. 41) "A avaliação mediadora significa ação provocativa do professor, desafiando o educando a refletir sobre as noções estudadas e situações vividas, a formular e reformular seus próprios conceitos, encaminhando-se gradativamente ao saber científico e a novas descobertas". Também evidencia a dinâmica da relação "educador"-educando" e "educando - educador", uma reflexão conjunta onde o respeito de cada saber ao longo do processo é dado fundamental.

Tratando das funções da avaliação, LUCKESI (1994) expressa que é a função de diagnóstico a base para a tomada de decisão e que a avaliação permite o julgamento e classificação, mas não é essa função a constitutiva. Particularmente, salientamos como importante:

a) A auto - compreensão da relação "educador e educando", onde ambos terão ganhos, assim como o próprio sistema de ensino como um todo... Nesta relação professor e aluno poderão verificar a qualidade de seus trabalhos e revisar se necessário, suas posturas, quer seja na prática docente, quer seja no nível de aprendizagem. Evidenciando para tanto o caráter da avaliação participativa, dialógica, onde professor e alunos discutem a situação de aprendizagem.

B) A avaliação constituindo-se como motivadora, quando reconhece as condições do educando e desvenda sua capacidade para a possibilidade de enfrentar desafios, criando desejos de obter resultados satisfatórios.

C) Os professores utilizando estratégias eficazes para: 1) desenvolver no educando o senso de auto - eficácia, 2) estabelecer metas a curto prazo, onde ele possa vivenciar os resultados dos esforços empreendidos, assim como 3) incrementar no educando o desejo e a necessidade de aprender, através de desafios, oportunizando o aprofundamento da aprendizagem.

Concluindo, perceberemos que, inserido nas próprias falas dos educadores e educandos, não só está o problema da avaliação escolar desta instituição, mas também as pistas possíveis de soluções. Se conseguirmos fluir através das palavras como deslizamos através dos sonhos, talvez possamos destacar aspectos positivos: "diálogo, precisamos de amigo, eu já estou fazendo a avaliação diagnóstica; está sendo muito valiosa; avalio o conjunto do aluno; através de conhecimentos conscientizados no decorrer de todas as atividades; procuro julgar o crescimento do aluno em termos de aprendizagem...".

Neste conjunto de palavras eu encontro como que um passar pela janela 25 anos de magistério, em que,

mesmo não querendo aceitar, os conteúdos destas palavras já foram vividas. Refletir sobre o significado destas palavras não basta; é necessário ter fé no trabalho humano, vontade política, trabalho coletivo, para podermos transformar a realidade, onde o compromisso profissional, pedagógico e político interligados possam responder pelas necessidades educacionais e sociais da escola.

#### 4 - HIPÓTESES DE SOLUÇÃO

Embora o problema tenha sido levantado numa instituição singular - a FAEFIJA, podemos afirmar que este problema não é exclusivo desta Instituição. Especificamente, porém, sobre a Instituição alvo de nosso estudo, temos a consciência de poder, mediante um trabalho coletivo consciente, se não eliminarmos o problema, pelo menos amenizá-lo, com a introdução de estratégias que atendam às necessidades e expectativas desta comunidade escolar.

O nosso objetivo com base em Saviani (1988), Libâneo (1986, 1991), Luckesi (1986; 1995) e outros é privilegiar a aquisição do saber, vinculado às realidades sociais, utilizando objetivos, conteúdos, métodos e avaliações que interagem para a compreensão dessa realidade. O trabalho docente deve expressar uma experiência elaborada, dialética, onde a unidade teoria e prática deve ser vivenciada.

As relações educador - educando devem resultar de um processo mediador, onde o diálogo envolva ativamente os sujeitos do processo ensino - aprendizagem. O caminhar proposto é o de que educador e educando definam um "grupo de discussão", cujos trabalhos levem ao mesmo objetivo, compartilhado com a necessidade de se chegar ao conhecimento e a relações sociais na escola, através de trocas numa relação horizontal entre as pessoas no ato de conhecer.

Portanto sugerimos a construção de uma Proposta Pedagógica da escola, realizada coletivamente, onde a organização do trabalho docente deva ser compatível com os propósitos maiores da Instituição e a proposta adequada e harmonizada na prática de todas as disciplinas, objetivando a construção gradativa e contínua do processo ensino - aprendizagem.

Levantamos a hipótese de viabilizar grupos de estudos sobre os elementos do processo ensino - aprendizagem, enfocando a Avaliação, problema detectado no estudo, com a clareza de que a mesma é parte do processo e necessita da interdependência entre os elementos: objetivos / conteúdos / metodologia / avaliação.

Paralelamente aos grupos de estudos vemos a necessidade de uma reflexão cuidadosa sobre os planos de ensino por parte do professor e também pelo Departamento. Será oportuno também promover cursos de atualização e /ou reciclagem pedagógicas que envolvam a participação dos docentes de forma consciente e sua vontade política para a transformação. Ainda será necessário propiciar reuniões pedagógicas que caracterizem momentos de reflexões e discussões sobre o ensino no cotidiano, tomando como referência o contexto maior em que se insere a Instituição.



## 5 - APLICAÇÃO À REALIDADE

A etapa da realização das hipóteses de soluções viáveis ao problema, teve seu início no decorrer da teorização, no momento de construir as relações, o por quê, como, etc., sobre o objeto de estudo.

Realizamos, no dia 26 de outubro do corrente ano, uma mesa redonda: Reflexões sobre os Aspectos Pedagógicos da Avaliação no Processo Ensino - Aprendizagem no 3º Grau. Na organização do evento os acadêmicos foram sujeitos ativos.

Houve um esclarecimento das razões pelas quais o problema da "Avaliação" estava sendo diagnosticado: fato que foi levantado pela insatisfação dos acadêmicos no ano anterior e em curso, reclamações verbais para alguns professores e direção da Instituição.

Os acadêmicos elegeram seus representantes por classe para apresentarem, em reunião, os problemas que vivem, inerentes à Avaliação.

No dia 21 de outubro os representantes se reuniram e elegeram um acadêmico, o qual faria parte da mesa redonda e levaria todos os problemas vivenciados por eles quanto à Avaliação.

Debateram nesta reflexão: duas professoras convidadas da Universidade Estadual de Londrina, Profa. Dra. Neusi A. N. Berbel, Profa. Mestranda Sueli E. R. Guimarães, juntamente com a Profa. Ms. Maria Lúcia Vinha, representante do corpo docente e o Acadêmico Laudelino Gallo, representante do corpo discente da FAEFIJA.

Este encontro teve o objetivo de, numa relação dialógica, realizar uma reflexão sobre alguns aspectos da avaliação no ensino, visando a qualidade no Curso de Educação Física na FAEFIJA.

Posteriormente, no dia 30 de outubro, realizamos uma Reunião da Congregação dos Professores para que fosse possível avaliar o encontro. Foi solicitado aos professores que expressassem os pontos positivos e negativos do encontro realizado. Pudemos registrar:

Como ponto negativo, a professora Silvia relatou: "a posição dos alunos, muito infantis para o 3º Grau".

O professor Edmundo discordou, dizendo que "os alunos só vão amadurecer se participarem. Voto de louvor para eles, pela participação, pela primeira participação, pela responsabilidade". Marta ponderou que "a avaliação da maioria era tradicional, então o ambiente é mudado nesses dias em decorrência disso (questionou a idéia dada na mesa redonda de não mudar o ambiente nos dias de verificação da aprendizagem)". Posição essa dada pela fala do discente que denunciava: "mudança de sala no horário de prova", como exagero de autoritarismo.

O professor Adriano não ficou satisfeito com o número de alunos presentes. Ele acredita que o evento foi de elevado nível e atendeu reivindicação dos alunos e nem todos participaram. Ressaltou que todos os professores estavam lá e fez a seguinte sugestão: "não se devia dizer a data do evento para que os alunos não faltassem".

O professor Edmundo coloca "mudança na avaliação é caminho a ser construído com os alunos".

A seguir perguntei aos professores: Este encontro possibilitou reflexões para possíveis mudanças?

Após discussões, chegaram às seguintes conclusões:

- "Devemos retomar as questões discutidas na palestra e conversar com os alunos nas classes, inclusive cobrar dos alunos a pequena presença (54 alunos)."

- Trazer mais palestrantes para tratar do assunto.

- Estudar mais textos.

- Reformular o planejamento e promover a interdisciplinaridade."

Alguns professores solicitaram a cópia da comunicação dos componentes da mesa, para que possam fazer um estudo com maiores reflexões.

Propondo a continuidade do trabalho, combinando com as hipóteses de solução já apresentadas no item anterior, nos reunimos em 26 de novembro com os professores para traçarmos diretrizes para o ano letivo de 1996.

A partir deste momento, as hipóteses de solução deverão ser transformadas em ações concretas e implantadas gradativamente, todas elas partindo do interesse e necessidade da comunidade em questão.

Para o calendário letivo de 1996 foi incluído e aprovado pela Congregação de Professores e Representantes Discentes:

1) "Elaboração da proposta político-pedagógica da Instituição".

Uma comissão voluntária organizou-se na Congregação de Professores com a participação de 8 docentes e convite aberto aos representantes do corpo discente para iniciar os trabalhos da organização da proposta a partir de 12/02/96.

Afirmamos no início, a importância de um trabalho coletivo. Toma-se necessário que a escola não planeje somente o dia seguinte, ou semana seguinte, é preciso pensar em um trabalho a médio e a longo prazo. Um trabalho que leve em conta os aspectos históricos e que reflita a vivência do seu dia a dia e a participação compromissada de todos os envolvidos na busca e na realização de um ensino de melhor qualidade.

2) "Semana de planejamento de ensino - reflexões, análises e perspectivas de mudanças: período de 26/02/96 a 01/03/96".

3) "Análise e aprovação dos planos de ensino pelos membros dos departamentos com participação dos representantes do corpo discente - 18/03/96".

Estabeleceu-se que os planos de ensino a partir do dia 1º de março de 1996 ficarão à disposição da comunidade para que no horário de permanência (horário destinado a elaboração, organização do trabalho didático), os professores façam leitura e análise dos planos para que possam ter condições para participar da análise dos mesmos. Preocupados de que na reunião do dia 18/03 não se tenha tempo suficiente para análise dos trabalhos, ficou em aberto espaço para a sua continuidade, não fechando assim uma carga horária, pois o mesmo não tem objetivos burocráticos e sim pedagógicos.

4) "Reuniões pedagógicas mensais objetivando reflexões sobre o ensino".

As reuniões na instituição caracterizam-se ao longo da história por tratar quase que exclusivamente de problemas administrativos. No calendário/96 explicitou-se dia e objetivo da reunião, ficando outros problemas que não do ensino a serem tratados em reuniões extraordinárias. Neste momento observamos uma preocupação definida com os problemas de ensino e que tendo sido



organizada de forma coletiva, abre perspectivas de reflexões delineadas em um quadro diferente: onde as necessidades começam a fazer emergir soluções do próprio grupo.

5) " Cursos de Atualização Pedagógica ". Serão programados a partir da necessidade do grupo de professores.

6) " Projetos de Extensão Universitária - Realizados de forma coletiva, envolvendo disciplinas afins, possibilitando a interdisciplinaridade ".

Por todo trabalho que decorreu a partir de um diagnóstico de um problema real na escola, temos observado alguns professores conscientes da necessidade de recuperar a função social e a identidade da escola.

Salientamos que as propostas levantadas na FAEFIJA, embora singulares, possam servir de base para a continuidade do arco da Metodologia da Problematização , pois já se torna claro que a aplicação à realidade está desencadeando um processo de necessidades e ações emergentes. A avaliação, que foi o eixo principal do tra-

balho, caracteriza-se por ser um elemento do processo do ensino interagindo com os objetivos, conteúdos e metodologia.

Destacamos que a mesma, infelizmente, acaba sendo "problema" nesta Instituição e em muitas outras, porém também evidenciamos que momentos de reflexão e ajuda mútua levam o educador e o educando a considerar a avaliação como componente essencial na construção da aprendizagem.

Para contribuir com as reflexões sobre os problemas do ensino, dentre eles o da avaliação, temos a preocupação de disseminar o resultado deste trabalho a todos elementos envolvidos na comunidade da FAEFIJA, assim como em outros meios acadêmicos, onde ele possa servir também como suporte - prático para a implantação da Metodologia da Problematização.

Para finalizar, lembramos com Libâneo que:

"As condições de trabalho do professor são determinantes do seu pensamento e de sua prática pedagógica ".

---

**RODRIGUES, S.C.** Evaluation of the Teaching - Learning Process at FAEFIJA

**ABSTRACT:** *The current study has come up from the confirmation of the fact that some teachers and students of Physical Education College of Jacarezinho, State of Paraná-Brazil, have showed some difficulties in achieving evaluation coherent to the democratic principles wished by that school. This study has been developed through the Methodology of Problematization inspired by "The Method of the Arch", by Charles Magueres, during the accomplishment of the Didactics an Teaching Foundations - Master Degree in Education/UEL. Several situations were reveled, making possible, from the interest and need of the community, to propose some assumptions of a solution which have been transformed to concret action and have been gradually established by a collective work.*

**KEY WORDS:** *Evaluation; Evaluating Practice; Pedagogical Proposal; Collective Work.*

---

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, C.L.S. A avaliação como aprendizagem de cidadania. **Revista de Educação AEC**, Brasília, v. 24, n. 94, jan./mar. 1995
- BERBEL, N. A. N. Metodologia da problematização: uma alternativa metodológica apropriada para o ensino superior. **Semina**, Londrina, v. 00, n. 00, p. 1-12, 1994.
- BERBEL, N. A. N. **Reflexões sobre os aspectos pedagógicos da avaliação no processo ensino aprendizagem no 3º grau**. Local : FAEFIJA, 1995. 8p. (mimeo)
- CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer 215/87: reestruturação dos cursos de graduação em educação física, sua nova caracterização, mínimos de duração e conteúdo**. Brasília: Conselho Federal, 1987.
- HOFFMANN, J. M. L. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré - escola à universidade. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, 4ª edição, p. 41, 1993. Uma parceria entre avaliação mediadora e educação matemática: o início de um diálogo. **Ensaio**, Rio de Janeiro, v. 2, p. , out./dez. 1994.
- LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo : Cortez, 1991.
- LUCKESI, C.C. **Avaliação da aprendizagem escolar: um ato amoroso**, UFBA, 1995. 10 p. (mimeo).
- LUCKESI, C.C. "Avaliação educacional escolar: para além do autoritarismo. **Revista de Educação AEC**, Brasília, v. 15, n. 60, p. 23-37, abr./jul. 1986.
- LUCKESI, C.C. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1995.
- MEDINA, J. P. S. **O brasileiro e seu corpo: educação e política do corpo**. Campinas: Papirus, 1987.
- SOUZA, S. Z. L. A prática avaliativa na escola de 1º grau. In: SOUZA, C P. (org.). **Avaliação de rendimento escolar**. Campinas: Papirus, 1991 p. 83-106.